

PESQUISA EM JORNALISMO: O DESBRAVAMENTO DO CAMPO ENTRE O SÉCULO XVII E O SÉCULO XIX

Nair Silva

Mestranda em Ciências da Comunicação / Técnica do Laboratório de Rádio - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UFP)

nair.silva@gmail.com

Jorge Pedro Sousa

Professor Associado - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UFP)

j.p.sousa@mail.telepac.pt

Resumo

Neste texto, sumaria-se a evolução da pesquisa e reflexão sobre jornalismo entre o século XVII e o século XIX, concluindo-se que o pensamento jornalístico europeu dos séculos XVII, XVIII e XIX providenciou a matriz sobre a qual se desenvolveram os Estudos Jornalísticos, pois deu atenção: (1) à interação entre jornalismo, pessoas e sociedade; (2) à retórica do jornalismo (ao discurso jornalístico); (3) à crítica do jornalismo, muitas vezes no campo da discussão sobre a liberdade de expressão e de imprensa; e (4) à história do jornalismo.

Abstract

In this text we summarize the evolution of the research about journalism between the 17th and the 19th centuries. We conclude that the European thought about journalism has provided the matrix that framed the development of journalism studies and journalism theory, because the European thought about journalism from the 17th century to the 19th century paid attention: (1) to the interaction between journalism, people and society; (2) to the rhetoric of journalism (speech/discourse); (3) to journalism criticism, many times framed by the discussions concerning the freedom of the press; and (4) to the history of journalism.

INTRODUÇÃO

Ultimamente, e em parte devido ao trabalho de pesquisadores lusófonos (por exemplo: Marocco e Berger, 2006; Marques de Melo, 2006, pp. 15-17), tem-se assistido a uma renovação do interesse pela gênese dos estudos jornalísticos e pelo entendimento de como este campo específico do saber e do conhecimento se constituiu historicamente (por exemplo: Hardt, 1979; Casasús e Ladevéze, 1991). Não obstante, trabalhos de síntese teórica recente (por exemplo: Traquina, 2002; Zelizer, 2004; Shoemaker e Reese, 1996; Pena, 2005; Sousa, 2000) têm, de certa forma, ignorado os contributos dos pioneiros do campo do jornalismo para a definição desta área específica do saber, o que atraiçoa a memória histórica, despreza a origem de algumas das correntes contemporâneas dos estudos jornalísticos e, em termos pessoais, é injusto para com os teóricos que primeiro estruturaram essa área do saber. Conhecer a obra dos pioneiros do campo do jornalismo contribui, aliás, para responder a uma questão fundamental: Como se originaram e estruturaram os estudos jornalísticos? O presente texto é uma contribuição para a resposta a essa questão. Foi nossa intenção trazer ao conhecimento público alguns dos contributos aos estudos jornalísticos que foram dados por alguns dos teóricos que se debruçaram sobre o jornalismo entre os séculos XVII e XIX, evidenciando a gênese europeia deste campo de conhecimento e as grandes áreas em que o mesmo se estruturou. Não procurámos fazer um inventário exaustivo de todos os autores e das respectivas contribuições, mas tão só mostrar com alguns exemplos, alguns mais conhecidos do que outros, como o campo dos estudos jornalísticos se foi formando e delimitando a partir das preocupações dos intelectuais europeus que se começaram a preocupar com as notícias e os jornais a partir do século XVII.

1. A GÊNESE DO CAMPO CIENTÍFICO DOS ESTUDOS JORNALÍSTICOS

Se excluirmos as propostas de filósofos gregos como Platão (relações entre discurso e realidade) ou Aristóteles (caracterização do acto discursivo) e ainda as críticas dos pensadores romanos (como Séneca) aos conteúdos das *Actas Diurnas* ou mesmo as advertências medievais contra as notícias que atentavam contra a religião ou o sistema, pode dizer-se que a pesquisa e reflexão académicas sobre o jornalismo começaram no século XVII.

Não foi por acaso que os teóricos se começaram a preocupar com o jornalismo no século XVII, já que este foi o século em que os jornais periódicos se foram afirmando. Assim, alguns intelectuais consideraram que o fenómeno merecia atenção, em particular no território alemão e no Reino Unido, mas não só, já que em Portugal também Luís Marinho Azevedo (1644) reflectiu sobre as relações entre jornalismo e verdade.

O pioneirismo alemão e britânico no que toca à pesquisa em jornalismo também não sucedeu por acaso.

A Alemanha, graças à reforma protestante, foi um dos países onde a alfabetização mais progrediu, acompanhando o progresso geral e o enriquecimento económico, criando condições para o consumo de periódicos. A fase de conflito que o país viveu durante a guerra dos Trinta Anos também intensificou o interesse pelas notícias periódicas.

Por seu turno, o Reino Unido viveu, no século XVII, um dos períodos mais conturbados da sua história, devido aos conflitos militares e políticos que o país atravessou. Essa conjuntura

gerou a aparição de um jornalismo de cariz político-noticioso, partidário e combativo. Foi a primeira vez que se usaram os jornais como arma política. O triunfo do parlamentarismo sobre o absolutismo permitiu, nesse quadro, a aparição de um modelo normativo e funcional de jornalismo baseado no princípio da *liberdade de imprensa*. O modelo britânico de jornalismo de meados do século XVII enformou, assim, o modelo Ocidental de jornalismo, praticado em todos os estados democráticos de direito.

Foi na Alemanha que, aparentemente, pela primeira vez se procurou caracterizar sistematicamente o território do jornalismo e das notícias. Em 1629, o académico alemão Christophorus Besoldus tentou caracterizar as notícias sob o ponto de vista jurídico, na sua obra *Thesaurus Practicus*. Foi nela que pela primeira vez se usou a expressão “*Neue Zeitungen*” (“periódico de novidades”) para referir os jornais (Kurth, 1944; Casasús e Ladevéze, 1991, p. 52). A associação da ideia de jornalismo ao aparecimento *periódico* de notícias é um contributo relevante para o entendimento do jornalismo.

Em 1630, o jurista Ahasver Fritsch abordou a problemática do uso e abuso nas notícias no livro *Discursus de Novellarum Quas Vocant Neue Zeitung Hodierno Uso et Abusu* (Kurth, 1944). Adoptou, então, se recorrermos à contemporânea metáfora de Umberto Eco, um discurso mais apocalíptico que integrado em relação aos efeitos alegadamente perversos do jornalismo, tendo aconselhado as pessoas a não crer em tudo o que liam (Kurth, 1944). Pela primeira vez, foi esboçada uma crítica ao jornalismo nascente.

Em 1644, em Inglaterra, John Milton fez o primeiro discurso moderno a favor da liberdade de imprensa (*Aeropagítica*), considerando que havia vantagens em que os cidadãos pudessem editar livros e jornais e tivessem acesso aos mesmos.

Em 1685, Christian Weise publicou, em Leipzig, a primeira análise de conteúdo da história sobre jornais, neste caso sobre os periódicos surgidos na Alemanha entre 1660 e 1676, intitulada *Nucleus novellarum ab anno 1660 usque 1676*, apêndice do livro *Schediasma Curiosum de Lectione Novellarum* (parece ter sido também publicada autonomamente em 1676). No texto, Weise assumiu uma visão mais integrada do que apocalíptica e mostrou acreditar no valor formativo, informativo, utilitário e pedagógico do jornal diário (Kurth, 1944).

Também na Alemanha do século XVII, apareceram reflexões sobre o papel do jornal desenvolvidas por Kaspar Von Stieler, Daniel Hartnack, Joham Peter von Ludewig e Adam Rechenberg. Segundo Kurth (1944), são pequenos ensaios, que nem sempre têm como referente central a imprensa, mas nos quais os autores reflectem sobre aspectos tão diversos como se a leitura de periódicos noticiosos é agradável ou desagradável (e o que se deveria fazer para a tornar agradável), se essa leitura é boa ou má para as pessoas, a sociedade e os costumes, e ainda sobre a natureza das notícias, etc.

John Locke, na obra *Ensaio Sobre o Governo Civil*, de 1690, teoriza, igualmente, sobre o papel da imprensa livre numa sociedade democrática e liberal. Nesse mesmo ano, foi apresentada na Universidade de Leipzig a primeira tese de doutoramento sobre jornalismo, por Tobias Peucer, orientado por Adam Rechenberg. Embora não tenha tido a repercussão das ideias de John Milton, John Locke ou Thomas Hobbes, provavelmente por não estar escrita em inglês nem ter sido apresentada numa universidade anglófona, a tese de Peucer inaugura, simbolicamente, a história das Ciências da Comunicação e dos Estudos Jornalísticos e representa, simultaneamente, a consagração académica do jornalismo como

objecto de estudo e campo de conhecimento. É, aliás, um trabalho com um tom bastante contemporâneo, já que, conforme Sousa (2004) demonstra, Peucer reflectiu sobre a natureza das notícias, os critérios de noticiabilidade, o papel do jornalismo na historiografia, os constrangimentos à produção de notícias (pessoais, factor tempo, procura do lucro...), os efeitos das notícias (antecipando teorias como as do agendamento, do distanciamento social, e a dos usos e gratificações), a forma de estruturar o texto noticioso (revendo as regras da retórica clássica que haveriam de formatar as questões a que classicamente se responde na notícia), o estilo jornalístico (claro, factual, sintético) e ainda sobre a ética do jornalismo e as relações entre jornalismo e verdade.

2. O CAMPO DO JORNALISMO: DO SÉCULO XVII AO SÉCULO XIX

O triunfo do jornalismo de ideias e do jornalismo partidário, que se centrava no artigo persuasivo, implicou que a reflexão sobre jornalismo ao longo do século XVIII e grande parte do século XIX se tivesse restringido, em grande medida, a duas áreas:

1) A Retórica.

Os estudos retóricos foram importantes por via indirecta, já que os “jornalistas” estudavam a forma de melhor persuadir, mas também de melhor contar as novidades. Eram estudados manuais como, em Portugal, o de António Soares Barbosa (1839), autor que tal como Peucer, se baseou nas *Instituições* de Quintiliano para se referir à disposição dos discursos e às questões a respeitar para bem contar novidades (*Quis? Quid? Ubi? Quibus Auxiliis? Cur? Quomodo?*). As gramáticas também eram estudadas, formatando estilos jornalísticos e contribuindo para normatizar e unificar a língua, sendo relevantes, desde logo, as primeiras gramáticas da língua portuguesa, nomeadamente a de Fernão de Oliveira (1536) e a de João de Barros (1540). Em Espanha, por exemplo, estudavam-se manuais como *Filosofia de la Elocuencia* (1777, Antonio de Capmany) e *Compendio de Retórica* (1817, Miguel García de la Madrid), enquanto no Reino Unido e um pouco por toda a Europa se lia *Essays on Rhetoric [Lectures on Rhetoric and Belles Lettres]* (1783, Hugh Blair) e em França *Principes de Littérature (par l'Abbé C. Batteux) – Nouvelle Édition Contenant Les Beaux-Arts Réduits à un Même Principe* (Charles Batteux, 1755).

2) A Liberdade de Imprensa e a crítica à imprensa.

A crítica à imprensa nasceu com as discussões sobre a liberdade de imprensa e os seus eventuais limites. Ao discorrer-se sobre os limites da liberdade de imprensa chegou-se à discussão sobre a ética jornalística.

É de dizer que a liberdade de imprensa foi uma questão delicada durante os três séculos (XVII, XVIII e XIX) que assistiram à violenta desagregação do Antigo Regime, ao triunfo das Luzes e da Razão e à expansão das democracias liberais. Em Portugal, são relevantes os debates sobre liberdade de imprensa que ocorreram no Parlamento saído da Revolução Liberal de 1820 (veja-se, nomeadamente, Dias, 1966), bem como os escritos do prolixo pró-absolutista José Agostinho de Macedo, como o célebre *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios* (1821), de título eloquente, ou, do lado oposto, o de Pedro Cavroé (*Resposta ao Papel Intitulado Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios Com o Responso de Santo António Contra a Descoberta da Malignidade dos Aleijões Solapados*, 1821). Entre os teóricos da liberdade de imprensa do século XIX deve salientar-se, entre todos, John Stuart Mill (1859), um filósofo para quem a liberdade, incluindo, naturalmente, a liberdade

de imprensa, é o mais precioso dos direitos humanos. Há que dizer, porém, que autores como Alexis Tocqueville (na sua obra emblemática sobre *A Democracia na América*, 1835), para quem a liberdade de imprensa é um tema central, começaram a estudar a interação entre jornalismo, democracia e progresso humano, criando pontes para uma outra forma de encarar o estudo da imprensa e do jornalismo que se desenvolveu no século XIX e princípios do século XX: *a imprensa como instituição social*.

Apesar de a retórica e as questões relativas à liberdade de imprensa terem sido as áreas de estudo e reflexão no campo do jornalismo mais relevantes entre o século XVII e as duas primeiras décadas do século XIX, a partir da terceira década de Oitocentos foi preciso começar a contar com outra área de pesquisa: os estudos históricos.

A relação entre jornalismo e historiografia é próxima, como muito bem conta de, desde logo, o primeiro doutor em Jornalismo no mundo, Tobias Peucer (1690). Assim, como vimos, os conselhos sobre a retórica da escrita da história, nomeadamente as recomendações sobre concisão, precisão, factualidade, verdade, clareza, rigor, crítica às fontes e outras que os historiógrafos deram ao reflectirem sobre o seu próprio ofício influenciaram decisivamente o estilo jornalístico e os próprios valores culturais dos jornalistas enquanto classe profissional.

As primeiras histórias do jornalismo começaram a elaborar-se, um pouco por toda a Europa, no século XIX, arrastadas quer pela importância social que a actividade adquiria, quer pelos debates em torno da definição da identidade profissional dos jornalistas. Sendo muitos os livros nesse campo, apenas se referem alguns, a título de exemplo.

Leclerc, em 1838, escreve pela primeira vez sobre as *Actas Diurnas* como fenómeno pré-jornalístico, no livro *Les Journaux Chez les Romains*. Em 1845, Prutz deu à estampa o seu celebrado livro sobre a génese do jornalismo alemão, recordando que a Alemanha já possuía diários no século XVII. No Reino Unido, Alexander Andrews (1859) publicou uma monumental história do jornalismo britânico, a que se seguiram estudos similares de Bourne (1887). Eugène Hatin (1859-1864) escreveu uma monumental obra em oito volumes sobre a história política e literária da imprensa francesa, a que se seguiu, em 1866, um ensaio bibliográfico e estatístico sobre o aparecimento e desenvolvimento da imprensa periódica na Europa e nas Américas. O alemão Ludwig Salomon (1900-1906) elaborou, por seu turno, uma história da imprensa alemã, com especial ênfase para o período até 1850, na qual resgata, em particular, os contributos dos primeiros diários alemães do século XVII para o desenvolvimento do jornalismo. Nos Estados Unidos, o interesse pela história do jornalismo também foi doleto no século XIX, com o trabalho de Hudson (1873).

Um outro tipo de livros coadjutor do campo dos estudos jornalísticos é constituído pelas obras hemerográficas (inventários de livros e artigos sobre um determinado tema, neste caso o jornalismo) e bio-bibliográficas (biografias e bibliografias de jornalistas, memórias de jornalistas, etc.). As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX são bastante ricas nesse tipo de estudos. Casasús e Ladevéze (1991: 55) registam, a título de exemplo, várias obras desse tipo somente entre as que foram publicadas em Espanha: Juan Cormitas (*Suplemento a las Memorias para Ayudar a Formar un Diccionario Crítico de los Escritores Catalanes y Dar Alguna Idea de la Antigua y Moderna Literatura de Catalunya que en 1836 Publicó el Excmo. e Ilmo. Señor Don Félix Torres Amat*, Burgos, 1849); Josep Pella i Forgas (*Periodisme. Estudis Històrics del de Catalunya*, Barcelona, 1879); Marqués de la Vega de Armijo (*El Periodismo en los Estados Unidos*, Madrid, 1884); Enric Claudi Girbal (*El Periodismo en Gerona*,

Gerona, 1894); Antonio Elías de Molins (*El Periodismo en Cataluña desde Medios del Siglo XVII*, Madrid, 1899), etc. Em Portugal, podemos citar, por exemplo, os trabalhos historico-hemerográficos de Gracias (1880), Leal (1898), Noronha (1857), centrado na tipografia, e Pereira (1895 e 1897).

3. O ESTUDO DA IMPRENSA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL NO SÉCULO XIX

Foi ao longo do século XIX, em especial no seu último quartel, que a pesquisa e a reflexão sobre o jornalismo se tornaram sistemáticas e foram absorvidas pelas ciências humanas e sociais nascentes, procurando responder aos problemas levantado pela industrialização e popularização da imprensa. São vários os “pais fundadores” dos Estudos Jornalísticos dessa época. Filósofos como Karl Marx, sociólogos como Tarde, Knies e Schäffle e sociólogos-politólogos como Tocqueville, entre outros, deram um contributo relevante para o desenho da reflexão e pesquisa contemporâneas sobre jornalismo.

Entre os primeiros autores a encarar a imprensa como uma instituição social problemática estão os alemães Knies e Schäffle ou mesmo, até certo ponto, Karl Marx. Eles perceberam que o estudo do jornalismo não pode ser reduzido à retórica, à questão da liberdade de imprensa e ao seu papel para o progresso das sociedades e dos indivíduos. Para eles, haveria que perceber, por exemplo, a relação entre o estado, o poder e a imprensa numa sociedade capitalista (Marx...) e o papel do jornalismo na formação da opinião pública (Schäffle, Tarde...). Vários desses autores, como Knies e Schäffle, argumentaram, genericamente, que a imprensa e os novos meios de comunicação criados pela Revolução Industrial têm o poder de transformar a sociedade numa grande *comunidade*, pois seriam capazes de funcionar como força coesiva da sociedade, colocando as pessoas, ainda que afastadas, em contacto, promovendo a mútua compreensão e entendimento. Esta visão alemã foi-se espalhando pela Europa (por exemplo: Braga, 1884) e exportou-se para os Estados Unidos, pois vários académicos americanos, como Robert Park, fizeram parte da sua formação na Europa. Os americanos, por sua vez, influenciaram canadianos como Harold Innis, precursor de McLuhan. Acabou, aliás, por ser nos Estados Unidos que a pesquisa sobre jornalismo enquanto instituição social mais floresceu, graças à pujança e empreendedorismo da Academia e da Sociedade desse país, justamente assente na ideia da força da iniciativa privada e do direito à prosperidade individual e à felicidade. Pode dizer-se mesmo que foi em Chicago, devido à fundação do primeiro departamento universitário de sociologia na universidade dessa cidade, em 1892, por Albion Small, que se fundou a primeira “escola” de pensamento comunicacional, baseada na ideia do interaccionismo simbólico (em suma, a sociedade estrutura-se com base nas relações interpessoais significantes, que quando são estáveis dão origem às instituições sociais).

Em alguns casos, os autores europeus que primeiro reorientaram o estudo da comunicação social, incluindo o jornalismo, para o seu carácter *processual* e de *instituição social*, não estavam exclusivamente preocupados com os *media*. Os alemães Albert Schäffle e Karl Knies, por exemplo, desenvolveram as suas ideias, no decurso do século XIX, num quadro macro-sociológico. Para eles, a comunicação integra-se no contexto social e, particularmente, no contexto económico. *A comunicação social e os media são, assim, vistos como mais uma realidade social, em particular económica e política, que contribui para o todo social.* Aliás, alguns sociólogos norte-americanos, como Albion Small, Edward A. Ross e William Graham Sumner, apresentam ideias coincidentes com as dos teóricos alemães no que respeita ao

estudo da comunicação social como instituição social, mesmo que aplicadas ao contexto particular dos Estados Unidos, o que sugere um intenso intercâmbio de ideias entre os dois lados do Atlântico. No entanto, na Europa a pesquisa e reflexão foram-se progressivamente orientando para a esfera crítica (em particular, a partir do início do século XX, para a *crítica do jornalismo num sistema capitalista*). Por exemplo, a imprensa foi acusada de ser corruptora dos costumes, da moral e do bem-estar da sociedade por vários pensadores e literatos europeus do final do século XVIII e do século XIX, como Lasalle, Goethe, Schelling, Fichte e Hegel (*cit. in* Hardt, 1979, p. 67).

De qualquer modo, quer na Europa quer nos Estados Unidos foi-se inculcando, ao longo do século XIX e princípios do século XX, a visão de que os *media* são instituições sociais. Assim, os *media* podem ser estudados sob perspectivas **sociais (económicas e políticas), ideológicas e culturais**.

4. OUTROS CONTRIBUTOS PIONEIROS PARA A GÉNESE DO JORNALISMO COMO CAMPO DE ESTUDOS E DE CONHECIMENTO ATÉ AO SÉCULO XIX

É tarefa impossível inventariar todas as contribuições individuais e colectivas dadas, um pouco por todo o mundo, ao estudo do jornalismo ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, em conexão com a industrialização do jornalismo e a aparição da imprensa comercial “de massas” (Novo Jornalismo), bem como, seguidamente, com a emergência dos meios electrónicos de comunicação (rádio e televisão), cedo aproveitados pelo jornalismo, tal e qual como acontecia com o cinejornalismo.

Primeiro, podemos talvez dizer que as contribuições europeias para o estudo do jornalismo não se ficaram por aquelas que foram acima equacionadas. Mesmo na Alemanha, existiram outros autores, além dos citados Knies e Schäffler, que também foram importantes para definir as orientações das primeiras pesquisas sobre jornalismo. Por exemplo, Wüttke (1875) tentou mostrar que a imprensa contribuiu para a emergência da opinião pública.

Seguidamente, é talvez necessário lembrar que embora os primeiros grandes teóricos do jornalismo tivessem sido europeus, desde o século XIX que pesquisadores norte-americanos deram importantes contributos ao estudo do jornalismo. Por exemplo, a primeira análise de conteúdo de jornais usando métodos quantitativos contemporâneos data de 1893, ano em que John Gilmer Speed comparou quatro jornais de Nova Iorque (*New York Times*, *Tribune*, *Sun* e *World*), usando como unidade o cm/coluna e categorizando o conteúdo em 13 categorias. Os resultados mostraram que os conteúdos nos quatro jornais quase tinham triplicado no espaço de um ano, mas também mostraram que esse aumento se devia mais à proliferação de notícias sobre escândalos, crime (com excepção do *Sun*) e rumores do que sobre “acontecimentos sérios”. Assim, Speed (1893) concluiu que o jornalismo estava a deteriorar-se e que os cidadãos não estavam a ter a informação de que necessitavam para viver numa sociedade urbana. Muitos outros autores começaram a usar a análise quantitativa de conteúdo, sendo notável aquela que foi empreendida por Delos Franklin Wilcox (1900), que analisou 240 diários publicados nos Estados Unidos, em inglês e noutras línguas, entre 1898 e 1899, tendo comparado a evolução do conteúdo com a evolução na circulação, pois já existiam dados fiáveis sobre circulação de jornais, por causa das exigências da indústria publicitária. Wilcox chegou à conclusão de que o aumento do sensacionalismo aumentava a circulação.

Finalmente, uma palavra de atenção para os manuais de jornalismo, que se foram tornando comuns no final do século XIX, graças aos cursos superiores de jornalismo, que davam os primeiros passos. Esses manuais, a seu modo, contribuíram para a teorização do jornalismo a partir do século XIX. O primeiro terá sido o de Robert Luce (1886), intitulado *Writing for the Press: Manual for Editors, Reporters, Correspondents, and Printers*. O de Alfred Kingstone (1898), por exemplo, dava conselhos sobre o acesso à profissão, redacção jornalística, entrevista e cobertura de diversos tipos de acontecimentos.

CONCLUSÕES

Três grandes conclusões podem ser extraídas da breve exposição sobre a génese dos estudos jornalísticos até ao século XIX que aqui empreendemos:

1. Os Estudos Jornalísticos surgem na Europa Setecentista, em particular na Alemanha, sendo momento marcante a tese de Tobias Peucer (1690). A Academia da época teve necessariamente de prestar atenção a um quotidiano modificado pela presença dos jornais, em particular dos jornais noticiosos *diários*¹.
2. O pensamento jornalístico europeu do século XVII providenciou a matriz em que se desenvolveram os Estudos Jornalísticos posteriormente, pois deu atenção: (1) à interacção entre jornalismo, pessoas e sociedade; (2) à retórica do jornalismo, o que equivale a dizer que deu atenção ao discurso jornalístico e aos géneros e estilos jornalísticos; (3) à crítica ao jornalismo, o que conduziu às discussões sobre a liberdade de expressão e de imprensa e às discussões sobre ética e deontologia jornalísticas. No século XIX, a historiografia do jornalismo juntou-se às três áreas anteriores. Houve, certamente, aprimoramentos e avanços na teorização sobre jornalismo, mas muitas das grandes ideias sobre jornalismo que (erroneamente) situamos no século XX são anteriores. Podem não ter sido formuladas usando os termos que hoje em dia usaríamos, mas existem e é preciso recuperá-las para percebermos a evolução histórica da teorização sobre jornalismo.
3. Os primeiros autores que desenvolveram cientificamente o campo dos Estudos Jornalísticos, especialmente aqueles que o inseriram no campo científico das ciências humanas e sociais durante o século XIX, foram europeus. O jornalismo e a teorização sobre ele são de génese europeia e só depois se estenderam a países como os Estados Unidos e outros. Ignorar os contributos que foram legados à pesquisa e reflexão sobre jornalismo pelos pesquisadores e pensadores europeus desde o século XVII é cientificamente tão equivocado como desprezar os contributos dos autores posteriores, dos mais diversos países, para o entendimento do que foi e é o jornalismo e quais as interacções que esta nobre actividade estratégica de comunicação social estabeleceu e estabelece com os indivíduos e as sociedades ao longo da história, em função da cultura subjacente a cada momento histórico. É óbvio que as limitações humanas obrigam sempre um autor a privilegiar determinada orientação e a escolher determinadas fontes, mas o que não é óbvio é ignorar a memória histórica da pesquisa em jornalismo. Assim, é possível estabelecer linhas de influência entre os precursores do campo científico dos Estudos Jornalísticos. Os fundadores europeus do campo no século XVII influenciaram os autores europeus do século

XIX que desenvolveram o pensamento jornalístico enquadrando-o nas ciências sociais e humanas emergentes. A Escola de Chicago bebeu grande parte das suas preocupações e ideias nessa matriz proporcionada pelos pesquisadores europeus. Os teóricos de Chicago influenciaram a Escola de Toronto ou Escola Canadiana (através de Innis) e também o Funcionalismo e as suas posições desaguarão na grande escola de pensamento jornalístico e comunicacional contemporânea que poderíamos comumente designar por Sociologia Interpretativa, muito marcada pelas perspectivas construtivistas. Os métodos empíricos, que já tinham sido usados por autores europeus do século XVII, foram recuperados e reformulados por pesquisadores norte-americanos e europeus do século XIX e XX. Por outro lado, a crítica ao jornalismo também se iniciou na Europa, sendo de salientar, neste particular, as ideias de Marx, que redireccionaram o pensamento crítico sobre a comunicação das questões da liberdade de imprensa para as questões da ideologia e influenciaram o pensamento da Escola de Frankfurt e de autores como Gramsci. A evolução da pesquisa em jornalismo permitiu, inclusivamente, uma certa miscigenação das ideias e métodos de pesquisa, como é visível hoje em dia, em que mais do que seguir uma escola teórica vários autores tentam aproveitar o que de relevante lhes podem dar as várias escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, A. (1859). *History of British Journalism*. 2 vols. London, Richard Bentley.
- AZEVEDO, L. M. (1644). *Apologia Militar en Defensa de la Victoria de Montijo Contra las Relaciones de Castilla, y Gazeta de Genoba, que la Calumniaron Mordaces, y la Usurpan Maliciosas*. Lisboa, Imprensa de Lourenço de Anvers.
- BARBOSA. (1839). *Subsidios para o Estudo da Retórica pelas Instituições de Quintiliano*. Porto, Tipografia Comercial Portuense.
- BARROS, J. de (1540). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa, Oficina de Luís Rodrigues.
- BATTEUX, C. (1755). *Principes de Littérature (par l'Abbé C. Batteux). Nouvelle Édition Contenant Les Beaux-Arts Réduits à un Même Principe*. Göttingue et Leide, E. Luzac fils.
- BESSA, A. (1904). *O Jornalismo. Esboço Histórico da Sua Origem e Desenvolvimento Até aos Nossos Dias*. Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares de Castro.
- BLAIR, H. (1783). *Essays on Rhetoric [Lectures on Rhetoric and Belles Lettres]*. London, Vernor & Hood.
- BOURNE, H. R. F. (1887). *English Newspapers. Chapters in the History of Journalism. S/I*, Chatto & Windus.
- BRAGA, T. (1884). *Sistema de Sociologia*. Lisboa, Tipografia Castro & Irmão.
- CAPMANY, A. (1777). *Filosofía de la Elocuencia*. Madrid, Imprensa de D. Antonio de Sancha.
- CASASÚS, J. M. e Núñez Ladevéze, L. (1991). *Estilo y Géneros Periodísticos*. Barcelona, Ariel.

¹ O carácter noticioso do jornalismo nunca se perdeu, ao contrário do que por vezes se escreve. Mesmo a “Imprensa partidária” dos séculos XVIII e XIX publicava notícias, ainda que muitas vezes enquadradas pela ideologia servida pela publicação. É por isso que os escritos sobre jornalismo, em particular a partir do século XVII (recorde-se Peucer, 1690), se preocupam bastante com as notícias.

- CAVROÉ, P. A.** (1821). *Resposta ao Papel Intitulado Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios Com o Responso de Santo António Contra a Descoberta da Malignidade dos Aleijões Solapados*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- DIAS, A. da C.** (1966). *Discursos Sobre Liberdade de Imprensa no Primeiro Parlamento Português 1821: Textos Integrais*. Lisboa, Portugaláa.
- GARCIA de la Madrid, M.** (1817). *Compendio de Retórica Sacado de los Autores de Mejor Nota*. Barcelona, Brusi.
- GRACIAS, J. A. I.** (1880). *A Imprensa em Goa nos Séculos XVI, XVII e XVIII. Apontamentos Histórico-Bibliográficos*. Nova Goa, Imprensa Nacional.
- HARDT, H.** (1979). *Social Theories of the Press. Early German & American Perspectives*. Beverly Hills, Sage.
- HATIN, E.** (1859-1864). *Histoire Politique et Littéraire de la Presse en France*. 8 vols. Paris, Pulet-Malassis & de Broise.
- HATIN, E.** (1866). *Bibliographie Historique et Critique de la Presse Périodique Française, Précédé d'un Essai Historique et Statistique sur la Naissance et le Progrès de la Presse Périodique dans les Deux Mondes*. Paris, Firmon-Didot.
- HOBBS, T.** (1651/1995). *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de Um Estado Eclesiástico e Civil [Leviathan]*. Lisboa, Imprensa-Nacional Casa da Moeda.
- HUDSON, F.** (1873). *Journalism in the United States, From 1690 to 1872*. New York, Harper.
- KINGSTON, A.** (1898). *Pitman's Popular Guide to Journalism*. London, Sir Isaac Pitman & Sons.
- KNIES, K.** (1857). *Der Telegraph als Verkehrsmittel*. Tübingen, Verlag der Laupp'schen Buchhandlung.
- KURTH, K.** (1944). *Die Ältesten Schriften Für und Wider die Zeitung: Die Urteile des Christophorus Besoldus (1629), Ahasver Fritsch (1676), Christian Weise (1676) und Tobias Peucer (1690) Über der Gebrauch und Missbrauch der Nachrichten*. München, Rohrer.
- LE CLERC, J. V.** (1838). *Les Journaux Chez les Romains*, Paris, Firmin Didot.
- LEAL, S. C. da S.** (1898). *Jornais Indo-Portugueses. Publicação Comemorativa da Exposição da Imprensa Realizada em Maio de 1898 Contendo a Descrição dos Jornais Publicados em Goa, Damão, Diu e Bombaim Desde 1821 Até ao Presente*. Lisboa, Imprensa de Libano da Silva.
- LOCKE, John** (1689/1833). *Tratado Sobre a Verdadeira Origem, Extensão e Fim do Governo Civil, Traduzido Para Português Por João Oliveira de Carvalho*. London, Ricardo Taylor.
- LUCE, Robert** (1886). *Writing for the Press. A Manual for Editors, Reporters, Correspondents, and Printers*. Boston: edição do autor. [Reeditado em 1888: *Writing for the Press: a Manual*, Boston: The Writer Publishing Company; esta versão foi reimpressa em 1907, pela Clipping Bureau Press, também de Boston.]
- MACEDO, J. A. de** (1821). *Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios*. Lisboa, Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho.
- MAROCCO, B. e Berger, C.** (Orgs.) (2006). *A Era Glacial do Jornalismo. Teorias Sociais da Imprensa*. Porto Alegre, Sulina.
- MARX, K. e Engels, F.** (1845-1846/1932/1970). *The German Ideology*. New York, International Publishers [Publicado integral e originalmente em 1932, reeditado em 1970, mas escrito entre 1845 e 1846. Vários excertos da obra foram publicados em textos dispersos ao longo do século XIX.]
- MELO, J. M. de** (2006). *Teoria do Jornalismo. Identidades Brasileiras*. São Paulo, Paulus.
- MILL, J. S.** (1859/1976). *Da Liberdade de Pensamento e de Expressão*. Lisboa, D. Quixote.
- MILTON, J.** (1644/1999). *Aeropagítica. Discurso Pela Liberdade de Imprensa ao Parlamento de Inglaterra*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- NORA, P.** (1977). O regresso do acontecimento. In: AA. VV. *Fazer História*. Venda Nova, Bertrand.

- NORA, P.** (1983). O acontecimento e o historiador do presente. In: AA.VV. *A Nova História*. Lisboa, Edições 70.
- NORONHA, T. de** (1857). *Ensaio Sobre a História da Imprensa*. Lisboa, Tipografia Franco-Portuguesa de Lallemant & C^a.
- OLIVEIRA, F. de** (1536). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa, Oficina de Germão Galhardo.
- PENA, F.** (2005). *Teoria do Jornalismo*. São Paulo, Contexto.
- PEREIRA, A. X. da Silva** (1895). *O Jornalismo Português. Resenha Cronológica de Todos os Periódicos Portugueses Impressos e Publicados no Reino e no Estrangeiro Desde o Meados do Século XVI Até à Morte do Saudoso Rei Senhor D. Luís I, Bem Como os Jornais em Língua Estrangeira Publicados em Portugal Durante o Mesmo Tempo. Extraída do Dicionário Jornalístico Português*. Lisboa, Tipografia Soares.
- PEREIRA, A. X. da Silva** (1897). *Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia Suplementar Alfabética de Todos os Periódicos Mencionados na Resenha Cronológica do Jornalismo Português Recentemente Publicada Pelo Mesmo Autor e Agora Correcta e Aumentada*. Lisboa, Imprensa de Libano da Silva.
- PEUCER, T.** (1690/2000). Os relatos jornalísticos. *Comunicação e Sociedade*, n.º 33.
- PRUTZ, R. E.** (1845/1971). *Geschichte des Deutschen Journalismus*. Göttingen, Vandernhoeck & Ruprecht, 1971.
- ROSS, E.** (1903-1904). Moot points in sociology. Part II – Part IV. *American Journal of Sociology*, n.º 9.
- ROSS, E.** (1904-1905). Moot points in sociology. Part VI. *American Journal of Sociology*, n.º 10.
- SALOMON, L.** (1900-1906). *Geschichte des Deutschen Zeitungswesens*. 3 vols. Leipzig, Schartz.
- SCHÄFFLE, A.** (1881). *Bau und Leben des Sozialen Körpers*. Tübingen, Verlag der H. Laupp'schen Buchhandlung.
- SHOEMAKER, P. e Reese, S. D.** (1996). *Mediating the Message. Theories of Influences on Mass Media Content*. Second edition. White Plains, Longman.
- SMALL, A.** (1905). *General Sociology*. Chicago, University of Chicago Press.
- SMALL, A. e Vincent, G.** (1894). *An Introduction to the Study of Society*. Chicago, American Book.
- SOUSA, J. P.** (2000). *As Notícias e os Seus Efeitos*. Coimbra, Minerva.
- SOUSA, J. P.** (2004). Tobias Peucer: Progenitor da Teoria do Jornalismo. *Estudos em Jornalismo & Mídia*, vol. I, n.º 2.
- SOUSA, J. P.** (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª edição. Porto, UFP.
- SPEED, J. G.** (1893). Do newspapers now give the news? *Forum*, August.
- SUMNER, W. G.** (1906). *Folkways. A Study of the Sociological Importance of Usages, Manners, Customs, Mores and Morals*. Boston, Ginn.
- TARDE, G.** (1901/1992). *A Opinião e as Massas*. São Paulo, Martins Fontes.
- TOCQUEVILLE, A. de** (1835). *De la Démocratie en Amérique*. Paris, Gosselin.
- TRAQUINA, N.** (2002). *Jornalismo*. Lisboa, Quimera.
- WILCOX, D. F.** (1900). The American newspapers: A study in social psychology. *Annals of the American Academy of Political Science*, vol. 16.
- WÜTTKE, H.** (1875). *Die Deutsch Zeitschriften und die Entstehung der Öffentlichen Meinung*. Leipzig, Kruger.
- ZELIZER, B.** (2004). *Taking Journalism Seriously. News and the Academy*. Beverly Hills, Sage.